

Bispo ataca proposta para terra indígena

Renato Ferraz
Da equipe do Correio

O bispo de Roraima, dom Aldo Mongiano, enviou carta ao presidente Fernando Henrique Cardoso classificando de "capciosa" (ardilosa) a proposta de modificação do Decreto nº 22/91, que trata da demarcação das terras indígenas.

O mesmo adjetivo ele reserva para as declarações do ministro da Justiça, Nelson Jobim, que ontem manifestou a intenção de incluir, mediante medida provisória, o direito ao contraditório.

Com isso, os fazendeiros e posseiros ocupantes de áreas consideradas indígenas podem questionar na Justiça as demarcações atuais.

O governo alega temer que as demarcações já feitas possam ser revistas e alteradas na esfera judicial.

Mas para dom Aldo Mongiano essa alegação, além de capciosa, constitui-se numa ameaça aos índios.

"O presidente e o ministro insinuam que o direito dos índios sobre a terra repousa unicamente na lei dos brancos", diz ele.

Natural — Segundo dom Aldo, com a alteração do decreto se colocam no mesmo plano perante o poder público o direito dos índios e dos brancos.

"Ora, o direito dos povos indígenas é fundado no direito natural, que é anterior ao direito positivo", reage ele.

Segundo ele, isso é uma ameaça porque a afirmação do presidente FHC parece ser a seguinte: "Ou se aceita a alteração do decreto ou algo pior pode acontecer nas áreas demarcadas".

"Isso não é uma ameaça, não é algo em que o mais forte se impõe?", pergunta ele, na carta enviada ao presidente.

Dom Aldo Mongiano, integrante da ala progressista da Igreja Católica, é um dos maiores defensores dos índios brasileiros. Por conta disso, já recebeu várias ameaças de morte.

Recentemente, foi indiciado em um processo sob acusação de incentivar o incêndio de uma ponte do Rio Cotingo, para evitar, junto com os índios, que o governo construísse uma hidrelétrica. "Mas tudo bem, o processo é falho", diz ele.